

## 2. O discernimento de Jesus

O **discernimento** é uma ferramenta chave quando se trata de compreender e interpretar a vida e a obra de Jesus de Nazaré; mais ainda, pode-se e deve-se afirmar que uma das coisas mais impressionantes é precisamente o **discernimento** que o próprio Jesus fez e os critérios que orientaram esse discernimento.

Para muitos, deve parecer chocante e estranho o fato de falar do **discernimento** de Jesus.

Por que o **discernimento**, se realmente Ele era Deus? Quê discernimento tinha de fazer?

Aqui há o perigo da **humanidade** de Jesus ficar praticamente mutilada e inclusive essencialmente desfigurada. *“A maioria dos cristãos, lá no fundo do seu coração, não chegam a conceber a Jesus como um homem autêntico. Atribuem-lhe, talvez, um autêntico corpo de homem, mas não uma autêntica psicologia e uma autêntica vida de homem”* (Gonzáles Faus).

Precisamente porque Jesus se sabia totalmente **um** com o Pai, tinha ao mesmo tempo uma consciência absolutamente humana, fazia perguntas, crescia não só em idade, mas também em sabedoria e graça.

Sua consciência de unidade com o Pai não era, pois, um saber objetivo, mas uma espécie de existência e orientação fundamental que se concretizava nas situações sempre surpreendente, nas quais Ele via em concreto qual era a vontade de Deus.

Sabemos, pela fé, que Jesus foi em tudo igual a nós, menos no pecado. Portanto, Jesus teve, suportou e padeceu tudo o que é próprio da condição humana, sobretudo no que diz respeito às limitações próprias de nosso psiquismo: a luta, a obscuridade, a tentação, a dúvida, a ignorância do caminho, etc... É precisamente por isto que Jesus vem a ser o caminho e a referência para nós.

Porque Ele, como nós, viveu, lutou e morreu entre dificuldades, tensões e conflitos de toda sorte, exatamente como pode ocorrer a qualquer um de nós.

É evidente que uma pessoa que atua a partir da segurança e da clarividência absolutas, dificilmente pode se tornar um exemplo ou um modelo que deve ser imitado. Porque, neste caso, Jesus se veria livre do mais duro e difícil que há em nossa condição humana, ou seja, a insegurança, a obscuridade, a incerteza e até o medo.

Na realidade, Jesus é a referência perfeita para os seus seguidores porque Ele foi o homem total, com tudo o que isso supõe de grandeza e de inevitável limitação.

A **“impecabilidade”** de Jesus, por sua vez, não deve ser entendida em absoluto como uma limitação da sua livre vontade, senão como a decisão incondicional por Deus e pelo bem da humanidade, contra todos os poderes do mal no mundo.

Pode-se dizer que a impecabilidade de Jesus não consiste na pureza de suas atitudes éticas, na retidão de seus atos individuais, senão na situação fundamental de sua união com Deus. Jesus optou radicalmente por Deus e pelo bem da humanidade, por isso, o mal moral, o pecado, esteve radicalmente ausente de sua vida.

Mas isso não quer dizer que Jesus não tivesse tentações, que não tivesse momentos de vacilação, de busca, de dúvida e de luta interior. Pelos Evangelhos sabemos que Jesus sofreu tentações gravíssimas; e, inclusive, que a tentação o acompanhou quase durante toda sua vida.

Mais ainda, Heb. 4,15 chega a dizer que Jesus, o Messias, é capaz de compadecer-se de nossas fraquezas precisamente porque Ele foi tentado em tudo como nós, excluído o pecado.

Conclusão: Jesus precisou **discernir** qual era a Vontade de Deus, em cada momento e em cada situação;

Jesus teve que buscar o que a Ele lhe exigia a Vontade do Pai; e teve que buscar isso na luta, na obscuridade e até na insegurança, exatamente como costuma ocorrer, com tanta frequência nesta vida, às pessoas mais esforçadas e mais generosas.

Jesus, portanto, não foi um ser celestial disfarçado de homem, programado desde a eternidade, com a única tarefa de executar, como um robot divino, o que o Pai lhe havia ditado.

Semelhante maneira de imaginar a Jesus equivale a destruir sua humanidade e a desfazer, por isso mesmo, sua missão e sua função de mediador entre Deus e os homens.

Jesus é para nós a referência e o caminho, porque mergulhou de cheio na condição humana, porque participou plenamente de nossa limitada condição, e a partir daí teve que assumir seu futuro e seu destino, teve que assumir suas próprias opções, para orientar sua vida de acordo com o desígnio e a Vontade de Deus.

Eis aqui a lição mais profunda e mais estremecedora que nos apresenta a vida, a obra e a morte de Jesus. A partir daí podemos e devemos falar do **discernimento** de Jesus como referência exemplar para nosso discernimento.

Se Jesus teve que assumir seu futuro e seu destino e se, como consequência, teve que assumir suas próprias decisões, a pergunta lógica que aqui se coloca é a seguinte:

- *quê **critérios** teve Jesus diante de si à hora de assumir tais decisões?*
- *quê **princípios** ou **motivações** determinaram a conduta de Jesus?*

Os Evangelhos insistem em que Jesus orientou e organizou sua conduta de acordo com a Vontade do Pai. No entanto, tal conduta não foi exemplar em todo o momento e para todo o mundo. Pelo contrário, os evangelhos não veem inconveniente em declarar que o comportamento de Jesus provocava, às vezes, o escândalo, e em outras ocasiões, a divisão e o cisma entre o povo.

Além disso, tanto a divisão como o escândalo, se produziram, sobretudo, entre as pessoas mais religiosas daquele tempo e daquela sociedade. Isto quer dizer que o ideal de uma conduta não pode consistir na aspiração e no desejo de tornar-se exemplar e edificante para todo o mundo. Pela simples razão de que Jesus não procedeu segundo esse critério.

De fato, Jesus de Nazaré não foi um indivíduo edificante para a mentalidade judaica daquele tempo ou, em geral para a sociedade religiosa daquele momento. “*Jesus sempre viveu em más companhias*”.

Neste sentido, faz-se necessário recordar que os Evangelhos não apresentam nunca a Jesus tomando parte nas cerimônias oficiais da religião judaica. Nem tampouco há traços que façam pensar que Ele se comportou como uma pessoa profundamente identificada com a religião oficialmente estabelecida.

É claro que Jesus ia com frequência ao templo ou à sinagoga. Mas, Ele ia a estes lugares para pregar a mensagem às pessoas, porque ali era onde se reunia a maior quantidade de público.

Isso, com frequência, dava origem a sérios conflitos e enfrentamentos. Ao mesmo tempo, isto indica que os dirigentes das sinagogas e do templo viram em Jesus um sujeito extremamente perigoso.

O mais grave da questão está em que Jesus se situa intencionalmente à margem da religiosidade oficial. Isto se vê claramente por aquilo que foi seu comportamento com respeito à lei religiosa.

Com efeito, os Evangelhos nos contam uma série de fatos pelos quais se vê claramente até que ponto Jesus se comportou com uma absoluta liberdade frente à lei e aos costumes da religião oficial.

Para Jesus, o essencial na relação do ser humano com Deus é a liberdade para fazer o bem; por isso, precisamente, Ele se comportou com uma absoluta liberdade no que se refere às leis e observâncias.

Conclusão: Jesus não teve como critério de decisão e comportamento a obediência à **lei** religiosa estabelecida; tampouco pretendeu evitar o escândalo, os enfrentamentos, os choques e tensões, as divisões e os conflitos, inclusive com as máximas autoridades, tanto civis como religiosas.

Jesus, portanto, não foi, como comumente se chama, uma pessoa da ordem, um indivíduo inatacável em seu tempo e entre seus conterrâneos, um sujeito que nunca deu o que falar.

Tudo isso não foi certamente o que motivou a Jesus para atuar como atuou e para fazer o que fez.

**Critérios** que Jesus teve à hora de tomar suas decisões mais fundamentais, as decisões que marcaram sua vida e seu destino:

1. Não basta optar por um **fim** bom, porque mais importante que isso, é a eleição dos **meios**.

Nisto precisamente consiste o engano – ou a tentação - mais sutil e mais refinada: pessoas e instituições costumam sofrer na busca de seus fins excelentes.

Muitas vezes utilizam-se **meios** que quase nada tem a ver com os meios que Jesus utilizou.

2. Jesus não elegeu os **meios** mais eficazes, já que o meio fundamental que utilizou no cumprimento de sua missão foi a **solidariedade**.

Nem toda forma ou procedimento de fazer o bem é coisa querida por Deus ou está de acordo com o Evangelho e com a mensagem de Jesus. Porque o ensinamento e a práxis de Jesus estão em total desacordo com tudo o que seja querer fazer o bem a partir de uma posição de privilégio e dominação, a partir de uma situação de poder e a partir de formas de acomodação que acabam gerando dependência e submissão.

Enquanto, pelo contrário, o ensinamento e a práxis de Jesus nos impulsionam para tudo o que seja fazer o bem tendo como atitude igualar-se aos outros, fazer-se próximo a eles, baixar-se e rebaixar-se até fazer-se um deles, em tudo igual aos outros, menos no pecado.

Com relativa frequência, a **eficácia** está em conflito com a **solidariedade**. Jesus não pretendeu ser eficaz a todo custo: não curou todos os enfermos que havia em Israel; nem eliminou a fome de todos os necessitados; nem expulsou todos os demônios... Jesus se fez solidário com algumas pessoas concretas e dentro de algumas possibilidades limitadas e concretas.

3. Jesus não elegeu qualquer forma de **solidariedade**, já que optou decididamente pela chamada “solidariedade parcial”. Isto quer dizer que Jesus não se solidarizou com todos, senão somente com alguns.

Jesus se solidarizou com os pobres, os marginalizados sociais e religiosos, os excluídos e miseráveis daquela sociedade.

*“Encarnar-se para Jesus não significou situar-se na totalidade da história para corresponder a partir daí à totalidade de Deus; significou antes eleger aquele lugar determinado da história que fosse capaz de encaminhá-lo à totalidade de Deus. E esse lugar não é outra coisa que o pobre e o oprimido”* (Jon Sobrino).

Por isso, sabemos perfeitamente que Jesus não se solidarizou com Herodes, nem com os fariseus, nem com os letrados, nem com os ricos, nem com os sumos sacerdotes.

Jesus não se solidarizou com o poder político, nem com os grupos influentes, nem com os sábios e entendidos, nem com gente importante. Solidarizando-se com essa gente, certamente, teria tido mais êxito em sua pregação, teria conseguido mais para os pobres da Galiléia, e teria remediado mais necessidades e sofrimentos. Mas os caminhos de Deus não vão por aí. Porque dessa maneira pode-se cair nas maiores ambiguidades e desembocar nas situações mais absurdas.

É claro que a partir da fé podemos dizer com toda razão que Jesus amou todas as pessoas. Mas a isso é necessário acrescentar que alguns Ele os amou a partir de sua própria posição de pobres e oprimidos, enquanto aos outros Ele os amou a partir do lugar e da sorte dos pobres. Essa é a diferença.

E inclusive se pode acrescentar que o grande ensinamento do **amor universal** e da **eficácia apostólica** não são as etiquetas com as quais, nós, pobres pecadores, justificamos as alianças mais anti-evangélicas e as solidariedades mais anticristãs.

Podemos dizer que este ponto é capital no tema do **discernimento cristão**. Porque nisto está a raiz de nossos maiores enganos e a razão de ser dos piores desacertos.

4. A **solidariedade** que Jesus viveu e praticou foi uma solidariedade “sem limites”.

Porque o Deus que se revela em Jesus é o Deus que quer re-criar todo homem e o homem todo. Por isso, o amor, a fidelidade e a solidariedade que se revelam em Jesus não tem nem podem ter limite algum.

Somos nós quem normalmente colocamos limites em tudo isso. Cada um põe “seus” limites, porque, afinal de contas, nossas teologias e nossos projetos nascem de nossa “limitação”.

A **solidariedade** de Jesus não foi assim, nem foi de modo algum uma solidariedade limitada.

Portanto, deve-se dizer com toda claridade que a solidariedade de Jesus não se limitou ao religioso ou ao espiritual, como tampouco se limitou ao terreno ou ao sócio-político.

A **solidariedade** de Jesus se fez justiça e abarcou, por isso, todas as dimensões da vida: o religioso e o espiritual, o humano e o familiar, o público e o sócio-político.

5. A **solidariedade** que Jesus viveu e praticou foi também uma solidariedade “conflitiva”.

O amor e a solidariedade vividos na relação com o pobre e o oprimido, são um amor e uma solidariedade que desencadeiam a tensão, o enfrentamento e o conflito.

*“A **conflitividade** é intrínseca ao amor de Jesus desde o momento em que concebe sua universalidade a partir do lugar concreto do oprimido.*

*Se o amor de Jesus foi para **todos**, sua realização concreta lhe supôs estar em um primeiro momento **com** os oprimidos e **contra** os opressores, precisamente por querer humanizar a todos eles, fazer de todos eles irmãos já na história e de modo verificável”* (Jon Sobrino).

Daí que a vida e a história de Jesus transcorreram entre enfrentamentos e conflitos, que, em vez de resolver-se pacificamente, foram se intensificando progressivamente, até que terminou como tinha que terminar uma pessoa que leva semelhante vida: encarcerado, torturado, sentenciado e executado.

Por isso, se pode e se deve dizer que uma **solidariedade** que não gera tensões e conflitos com quem continua sendo opressor neste mundo, é sem dúvida alguma uma solidariedade suspeitosa, que muito bem pode camuflar outras alianças e outras solidariedades que pouco ou nada tem a ver com o estilo de Jesus.

Conclusão: crer em Jesus é segui-lo; e segui-lo não é outra coisa que assumir como critérios de **discernimento** e de conduta os mesmos critérios que teve Jesus em sua vida.

Por isso, quando uma conduta se orienta cada dia mais e mais segundo os critérios acima, está claro que se trata de uma conduta guiada pelo **discernimento** mais autenticamente cristão.

Porque é, em definitiva, o mesmo **discernimento** que guiou os passos de Jesus.

**José Maria Castillo**

O discernimento cristão (pp. 177-213)

Paulinas